

TCU Defesa Nacional e Segurança Pública

Compete à União assegurar a **defesa nacional**, executada pelo Ministério da Defesa, e pelos Comandos Militares da Marinha, Exército e Aeronáutica. Esses órgãos preparam e executam a Política de Defesa Nacional, cujo objetivo é preparar e capacitar o país para garantir a soberania e a integridade do patrimônio nacional.

No período de 2006 a 2010 o gasto com defesa ampliou-se em valores nominais de R\$ 16,7 bilhões para R\$ 30,8 bilhões. A proporção do gasto em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 18%, passando de 0,71% para 0,84% do PIB.

Segurança pública é definida como o afastamento, por meio de organizações próprias, do perigo que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade de cada cidadão e deve ser exercida, organizada e mantida, no âmbito da União, pela polícia federal; rodoviária federal; e ferroviária federal.

Os dispêndios previstos no Plano Plurianual (PPA) para a função Segurança Pública são da ordem de R\$ 23,92 bilhões. A tabela a seguir ilustra os resultados até agora alcançados pelo governo em suas três metas prioritárias.

No período de 2006 a 2010, a proporção dos gastos com defesa em relação ao PIB cresceu 18%, passando de 0,71% para 0,84% do PIB, alcançando R\$ 30,9 bilhões em 2010.

Tabela 1. Resultados alcançados nas metas prioritárias da função Segurança Pública.

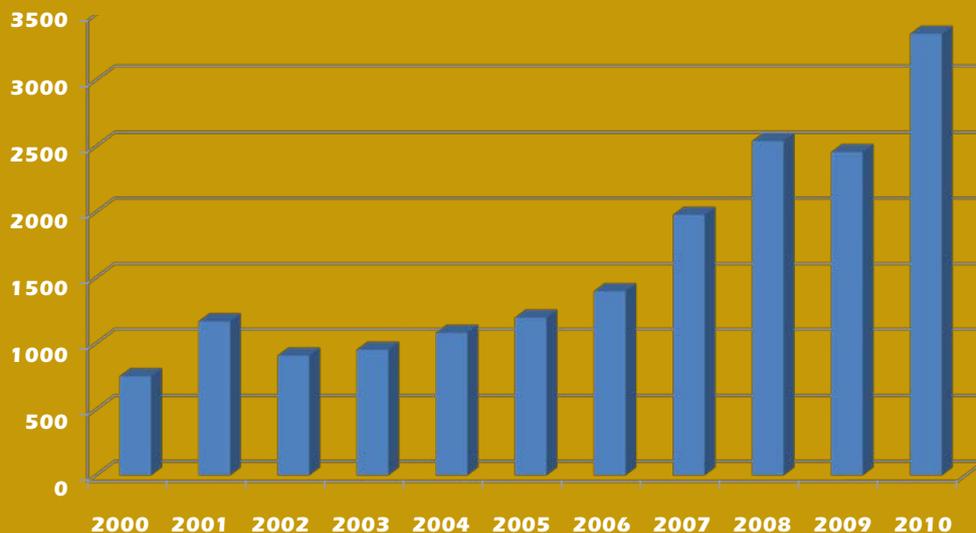
Indicador	Meta prevista (2008-2011)	Meta alcançada até 2010
Capacitação de profissionais e operadores de segurança pública	950 mil profissionais	1.480 mil profissionais (155,84%)
Criação de vagas	30 mil vagas	13 mil vagas (46,65%)
Concessão de bolsa-auxílio para policiais	900 mil bolsas	479 mil bolsas (53,23%)

A implantação do SUSP trouxe nova perspectiva de combate ao crime, com uma visão universalista, em que o problema deve ser combatido por todos: União, estados, municípios e sociedade.

Os investimentos em segurança pública foram significativos, possibilitando ao governo federal atingir o maior patamar já visto de recursos empenhados na área. Entre 2000 e 2010, como mostra o gráfico 1, os investimentos em segurança pública atingiram crescente volume de recursos empenhados na área, principalmente a partir da criação do **Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)** em 2003.

Quanto à subfunção “Defesa Civil”, o principal desafio não é dar conta dos desastres depois de ocorridos, mas preveni-los, já que, em determinadas regiões do país, eles ocorrem anualmente. Apesar do número cada vez maior de desastres ocorridos nos últimos cinco anos, constata-se que a Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) não mantém registros de todas as solicitações encaminhadas, o que compromete a transparência do processo de transferência de recursos e inviabiliza a isonomia no tratamento das solicitações.

Gráfico 1. Evolução dos investimentos em segurança pública (R\$ milhões)



Fonte: Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – Ministério da Justiça

Nota: Os dados de 2000 a 2010 referem-se aos valores empenhados.

O programa “Resposta aos Desastres e Reconstrução”, por exemplo, em regra recebe recursos mediante medidas provisórias editadas ao longo do exercício, conforme a demanda de desastres. Em 2010, foram aplicados R\$ 2,3 bilhões para socorrer e dar assistência a pessoas afetadas por calamidades, principalmente no Estado do Rio de Janeiro.

Os gastos para solucionar os problemas causados por desastres foram 14 vezes maiores que os gastos para prevenir suas causas. Isso demonstra a falta de priorização dos programas voltados para prevenção e preparação.

No entanto, há um programa de Prevenção e Preparação de Desastres, cuja previsão inicial de gastos para o exercício (R\$ 168 milhões) foi ampliada, no decorrer do ano, por créditos adicionais, para R\$ 442,5 milhões. Esse programa deveria ter uma dotação inicial robusta, mas o que se constata é a inversão da aplicação desses recursos, pois foram gastos quatorze vezes mais para remediar do que para prevenir as causas dos desastres.

Já na subfunção “Informação e Inteligência”, o enfrentamento ao crime organizado no Brasil teve como foco ações de definição das tipologias de atividade das facções, ou seja, a forma como o crime organizado se infiltra no país e se financia. No entanto, os números da violência mostram que as políticas relativas à segurança pública carecem de gestão adequada capaz de atuar nas raízes socioculturais do crime e da violência, em conjunto com políticas sociais, com integração dos três entes federativos (União, estados e municípios) e da sociedade.

Por fim, nota-se que os avanços na contenção dos homicídios cometidos em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais estão sendo contrabalançados por forte crescimento em outras áreas, num movimento rumo a cidades do interior (interiorização) e a estados até então considerados de baixo ou médio potencial (espalhamento).